



# COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

Dentre as causas classificadas como possíveis (não provisionadas) está o processo cível de valor relevante movido pela empresa Qualysolda RS Engenharia Ltda. contra a Companhia. O valor da causa atualmente está em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final 31/12/2015	Reversões 31/12/2016	Adições 31/12/2016	Saldo Final 31/12/2016
Provisões Trabalhistas	1.063.341,99	-407.206,97	-	656.135,02
Provisões Cíveis	411.692,43	-	-	411.692,43
<b>TOTAL</b>	<b>1.475.034,42</b>	<b>-407.206,97</b>	<b>-</b>	<b>1.067.827,45</b>

## 16) Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o Grupo Petrobras S/A.:

Composição dos Saldos	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo Circulante</b>		
Contas a Receber BR Distribuidora	1.166.342,25	1.063.441,11
Contas a Receber Petrobras	11.090.204,86	7.960.355,49
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedor de Gás - Petrobras	42.761.610,72	78.858.610,20
<b>Composição dos Saldos</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Receitas com partes relacionadas</b>		
BR Distribuidora S/A	26.913.121,68	24.500.578,44
Petrobras S/A	126.410.515,47	356.711.555,82
<b>Compra de Gás Natural</b>		
Petrobras Global Trading	-	240.261.709,43
Petróleo Brasileiro S/A	312.579.326,32	597.918.055,45

b) Remuneração e benefícios – Diretores e Conselhos de Administração e Fiscal:

	31/12/2016	31/12/2015
Administradores	483.728,71	477.600,10
Conselho de Administração	118.742,39	163.786,75
Conselho Fiscal	74.202,79	65.370,91
<b>Total</b>	<b>676.673,89</b>	<b>706.757,76</b>

## 17) Despesas por Natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2016	31/12/2015
Compra de Gás e demais insumos	-320.847.525,21	-970.857.216,00
Custos de Operação e Manutenção da Rede	-11.780.233,48	-10.664.633,62
Amortização Operacional	-18.396.352,86	-16.229.587,55
Amortização Administrativa	-872.491,41	-1.085.935,65
Despesas com Materiais e Serviços	-25.995.578,70	-22.544.632,10
Despesas com Pessoal	-40.319.961,67	-33.871.252,69
Despesas Tributárias	-917.678,79	-24.808.901,91
Outras Receitas e Despesas Operacionais	2.660.715,25	534.788,21
<b>Total</b>	<b>-416.469.106,87</b>	<b>-1.079.527.371,31</b>

	31/12/2016	31/12/2015
Classificadas como:		
Custo dos Produtos Vendidos	-351.024.111,55	-997.751.437,17
Despesas comerciais, administrativas e gerais	-59.737.217,32	-78.852.019,30
Participação nos Lucros ou Resultados	-5.707.778,00	-2.923.914,84
<b>Total</b>	<b>-416.469.106,87</b>	<b>-1.079.527.371,31</b>

## 18) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas Financeiras</b>		
Aplicações Financeiras	13.092.720,05	3.293.236,36
Descontos Obtidos	182.921,95	267.285,92
Juros Recebidos	648.462,19	1.026.441,39
Multa Contratual	228.991,25	781.071,26
Variação Cambial	-	2.365.022,66
Variação Monetária Ativa	34.939,88	431.685,33
<b>Total</b>	<b>14.188.035,32</b>	<b>8.164.742,92</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Descontos Concedidos	-62.467,87	-28.954,40
Despesas Bancárias	-93.309,14	-1.406.312,78
Despesas com Empréstimos	0,00	-424.405,99
Despesas de Cobrança	-224,78	-225,58
Juros Pagos	-2.976,80	-824.078,74
Juros sobre Empréstimos	-4.600.632,19	-1.674.418,08
Multa por Atraso de Pagamento	-4.750,45	-72.883,03
Variação Monetária Passiva	-39.258,53	-71.098,44
Variação Cambial Passiva	0,00	-6.746.243,09
<b>Total</b>	<b>-4.803.619,76</b>	<b>-11.248.620,13</b>

## 19) Seguros

A companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
Mafre Vera Cruz	Patrimonial	até maio/2017	R\$ 12.500,00
Ace Seguradora	Responsabilidade Civil	até agosto/2017	R\$ 40.500,00

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

## 20) Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

O Take or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Petrobras, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada, sendo que foi registrado o valor R\$ 182.422,05 referente operação ocorrida no exercício de 2011. O Ship or Pay é cláusula contratual de transporte de gás natural, segundo a qual a concessionária para quem está sendo feito o serviço está obrigada a pagar pelo transporte, mesmo no caso do gás não ser transportado. Durante o ano de 2016 foi registrado o valor de R\$ 4.264.337,75.

## 21) Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás. O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.
- **Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido. Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.
- **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

## 22) Receitas e Custos de Construção

Conforme preceito o CPC 17, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	22.641.692,67	32.473.424,71
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	22.641.692,67	32.473.424,71
<b>MARGEM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 23) Eventos Subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 23 de janeiro de 2017, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa, não evidenciando fato subsequente que afetasse as Demonstrações Contábeis de 31/12/2016.

Claudemir Bragagnolo  
Diretor Presidente

João Luiz Mallmann  
Diretor Administrativo-Financeiro

Alex Dornelles da Silva  
Contador CRCRS n.º 64077

Luís Felipe Espírito Basso Poli  
Diretor Técnico-Comercial

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Imos, Srs.  
Diretores, Conselheiros e Acionistas da  
CIA. DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS  
Porto Alegre/RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CIA. DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIA. DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros Assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações contábeis estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 19 de fevereiro de 2016 sem modificação.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

Porto Alegre, RS, 10 de fevereiro de 2017.

EXACTO AUDITORIA S/S  
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES  
CONTADOR CRC/RS 30361

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos nove dias do mês março de dois mil e dezessete, às doze horas, na sede social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, situada na Rua Sete de Setembro, 1069, 5º andar, Bairro Centro Histórico, Porto Alegre - RS, CEP 90.010-191, realizou-se a Reunião do Conselho Fiscal da Companhia para examinar o Relatório anual da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Examinados todos os documentos acima citados e em face das informações prestadas pela Diretoria Administrativa e Financeira da Companhia e do Parecer elaborado pela EXACTO AUDITORIA S/S, emitido sem ressalvas, decidiu o Conselho Fiscal examinar o seguinte parecer:

### PARECER

- Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS procederam ao exame do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e, com base no Parecer dos Auditores Independentes emitido pela Exacto Auditoria S/S, emitido sem ressalvas, datado de 10 de fevereiro de 2017, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, opinando favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.
- Adicionalmente o Conselho Fiscal opina favoravelmente a proposta encaminhada pelo Conselho de Administração para a Assembleia Geral Ordinária, através da Ata da 176ª realizada em 09 de março de 2017, referente à destinação do Lucro Líquido do exercício conforme segue: Lucro líquido do exercício após as participações no valor de R\$ 130.778.916,49 (Cento e trinta milhões, setecentos e setenta e oito mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e nove centavos), Reserva Legal de 5% até o limite de 20% do capital no valor de R\$ 6.538.945,83 (seis milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), Juros Sobre Capital Próprio no valor de R\$ 6.722.211,62 (seis milhões, setecentos e vinte e dois mil, duzentos e onze reais e sessenta e dois centavos), Lucro à disposição dos Acionistas R\$ 117.517.759,04 (cento e dezesseis milhões, quinhentos e dezesseis mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), sendo 50% a ser pago na forma de dividendos aos acionistas até junho de 2017, de acordo com a disponibilidade financeira da Companhia e os 50% restantes retidos em conta de Reserva a ser criada com finalidade específica para pagamento de dividendos futuros observando-se as restrições constantes na Cláusula 18.17 do contrato firmado entre BNDES, BNDESPAR e SULGÁS;

Porto Alegre, 09 de março de 2017.

Márcio Musso de Góes  
Conselheiro

Paulo Sérgio Nunes  
Conselheiro

Vera Inêz Salgueiro Lermen  
Conselheira

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIEGO MACHADO PACHECO - Presidente do Conselho  
Conselheiros: LUIZ CELSO OLIVEIRA ANDRADE  
CLAudemir BRAGAGNOLO  
MAURI NUNES DA SILVA  
ANDERSON GIL RAMOS BASTOS

Diretoria: CLAUDEMIR BRAGAGNOLO  
Diretor-Presidente  
JOÃO LUIZ MALLMANN  
Diretor de Administração e Finanças  
LUIZ FELIPE ESPÍRITO BASSO POLI  
Diretor Técnico-Comercial